

ECONOMIA

SECTOR VINÍCOLA

AEP promove no Brasil vinhos e sabores portugueses

A AEP está a promover a participação nacional na maior feira do sector vinícola da América Latina, a ExpoVinis, cuja 17.ª edição se realiza em São Paulo, Brasil, de 24 a 26 de Abril. Logo a seguir, nos dias 27 e 28, o esforço promocional português alarga-se a Campina, com uma Market Week - Vinho e Sabores de Portugal, estreando no Brasil o formato com que a AEP tem levado à Rússia a inovadora combinação de encontros de negócios com uma mostra de produtos 'gourmet' e vinhos portugueses.



O programa Aproximar ficará na tutela do ministro Miguel Relvas.

PROGRAMA APROXIMAR

Conselho de ministros aprova programa de descentralização de políticas públicas

O Conselho de Ministros aprovou ontem o Programa Aproximar, um programa de descentralização de políticas públicas, nomeadamente através da transferência de competências e recursos da administração central para os municípios e para as entidades intermunicipais. Num primeiro momento, serão analisados os resultados da Equipa para os Assuntos do Território (EAT), criada em Março de 2012, relativos ao levantamento de entidades sobrepostas nas estruturas do Estado.

Famílias vão poder reabilitar casas com fundos do Jessica

O Governo anuncia hoje 50 medidas para reanimar o sector da construção, que representa 23% do desemprego. Reabilitação é uma das apostas.

Mónica Silveiras

monica.silveiras@economico.pt

Os proprietários particulares vão poder candidatar-se a financiamento mais vantajoso para reabilitar edifícios de habitação destinados ao arrendamento. Esta é uma das 50 medidas que o Executivo vai anunciar hoje no âmbito de um plano de "salvamento" do sector da construção, o primeiro que este Governo faz para um sector específico.

Com o sector a perder 351 mil postos de trabalho, o que representa 23% do total do desemprego nacional, o Governo e a Confederação Portuguesa da Construção e Imobiliário (CPCI) assinam hoje o Compromisso para a Competitividade Sustentável da Construção e Imobiliário que pretende estancar as perdas deste sector, reconvertê-lo e reorientá-lo para a reabilitação, no mercado interno, e para a internacionalização. "O Compromisso não será um remédio para tudo", reconhece o secretário de Estado adjunto da Economia, que esteve envolvido, juntamente com elementos de outros ministérios, na criação deste programa, mas pretende aproveitar o 'know-how' e a experiência, nacional e internacional, que as empresas portuguesas desta área têm.

Mas nem todas as empresas têm escala para avançar para os mercados internacionais, por isso, para muitas outras o mercado interno continua a ser a solução. Mas, com o investimento público quase congelado, a reconversão para a reabilitação é uma das soluções propostas. Com o apoio de programas como o Jessica - que inclui verbas comunitárias, do Banco Europeu de Investimentos e de bancos como a Caixa Geral de Depósitos e o BPI - as empresas, e a partir de agora os particulares, têm disponíveis 335 milhões de euros para financiar projectos de reabilitação.

Para operacionalizar esta extensão do Jessica aos particulares, as Sociedades de Reabilitação Urbana serão o veículo utilizado. "Vamos reorientar o sector da construção para a

OUTRAS MEDIDAS

- Aprovar um diploma com novas alterações ao Código dos Contratos Públicos.
- Dar prioridade à reabilitação em vez de construção nova e novo programa do IHRU de reabilitação de edifícios de habitação para o arrendamento.
- Alocar até ao final do QREN 3.700 milhões de euros de fundos estruturais para investir em infra-estruturas e equipamentos de proximidade.
- Envolver o sector na definição da estratégia do novo QREN.
- Estabelecer um planeamento do investimento em infra-estruturas, com destaque para os investimentos em portos e ferrovias.
- Promover, através da formação profissional, a reorientação do tecido empresarial para o novo paradigma de baixo carbono.

reabilitação de património edificado e não apenas histórico, ou seja, as construções dos últimos 50 ou 60 anos", explica Almeida Henriques.

A meta do Executivo é assinar até ao final do primeiro semestre novos projectos no valor de 188 milhões de euros, mas no conjunto do ano o "objectivo político" é contratualizar investimentos que representem pelo menos 50% do fundo Jessica. Uma intenção possível graças ao volume de projectos que já se encontra no 'pipeline'. Almeida Henriques avançou mesmo que "nas próximas duas ou três semanas vai ser assinada um novo conjunto de contratos".

Esta aposta na reabilitação entronca no objectivo de dinamizar o mercado de arrendamento e, por isso, no Orçamento do Estado para este ano foi criada uma taxa autónoma em sede de IRS de 28% aplicável aos rendimentos do mercado de arrendamento urbano. Ou seja, deixou de ser obrigatório englobar os rendimentos provenientes das rendas e os senhorios podem optar por ser tributados a uma taxa liberatória de 28%. Mas esta opção só é mais vantajosa para proprietários de rendimentos mais elevados. "Na área fiscal gostaríamos de ser mais ambiciosos, mas com a 'troika' não podemos ter essa ambição".

Na vertente da reabilitação, hoje serão ainda anunciadas medidas ao nível da simplificação, "sem baixar a exigência", de forma a facilitar a entrada em obra. Além disso, as regras que se aplicam actualmente à construção civil também deverão ser revistas para que se possa dinamizar economicamente os projectos. Ou seja, restaurantes em edifícios patrimoniais poderão ter cozinhas ou casas de banho com dimensão diferentes das que exigidas normalmente.

"Este compromisso não é um paliativo para o sector da construção. É um complexo vitamínico", conclui Almeida Henriques, lembrando que a construção é responsável por 18% do PIB e por cerca de 610 mil postos de trabalho. ■

TRÊS PERGUNTAS A...



REIS CAMPOS

Presidente da CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

"Poderá ser um dia histórico para a construção"

Reis Campos acredita que o compromisso acordado com o Governo permitirá a recuperação do sector.

Qual a vantagem do compromisso que vai ser assinado com o Governo?

O compromisso que amanhã [hoje] vai ser assinado vai poder salvar os 140 mil postos de trabalho que estão em risco no sector e evitar que a taxa de desemprego atinja rapidamente os 20%. Poderá também criar 85 mil postos de trabalho novos nos próximos dois anos. Isto é fundamental quando se sabe que só no ano passado o sector da construção e do imobiliário perdeu 114 mil postos de trabalho.

De que consta o compromisso?

Posso dizer-lhe que se trata de um plano com 52 medidas muito concretas, muito quantificadas em áreas-chave como o investimento público, o financiamento, a reabilitação urbana e a sustentabilidade ambiental, nomeadamente no domínio da eficiência energética.

Pode ser a recuperação do sector?

Poderá ser um dia histórico para a construção e para a economia em geral. É um plano que tem como pressupostos o crescimento, a competitividade e o emprego. E que vai de encontro à agenda europeia, porque já se percebeu que não é possível a economia crescer sem que o sector da construção cresça também. ■ N.M.S.

AMPLIAÇÃO DO CANAL DO



Reconverter desempregados

O sector da construção vai ter direito a um novo programa de formação profissional, distinto do Impulso Jovem ou de qualquer outro existente até agora. O objectivo é qualificar e reconverter os desempregados oriundos deste sector. O universo potencial são 351 mil trabalhadores que perderam emprego na última década. Ainda ao nível da formação o objectivo do Compromisso para a Competitividade Sustentável da Construção e Imobiliário que será assinado hoje é criar



"Vamos reorientar o sector da construção para a reabilitação de património edificado e não apenas histórico", explicou o secretário de Estado Almeida Henriques

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Governo tem de cortar nos carros do Estado até final de 2014**

A Assembleia da República recomendou ao Governo a redução até 50% da frota automóvel ao serviço dos titulares de cargos políticos. O diploma ontem publicado em Diário da República estabelece que o Governo terá de identificar e transmitir à Assembleia da República nos próximos três meses o número de viaturas atribuídas a titulares de cargos políticos, de altos cargos públicos e de cargos dirigentes da Administração Pública.

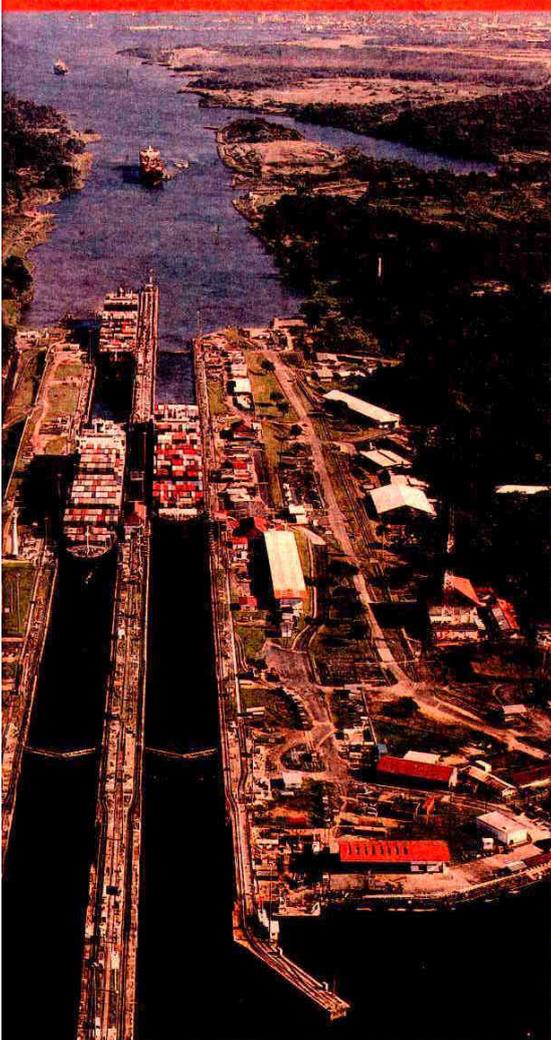


O desemprego na Grécia aumentou em Dezembro 26,4%.

CRISE**Desemprego na Grécia baixou em Dezembro pela primeira vez em mais de quatro anos**

A taxa de desemprego na Grécia desceu em Dezembro pela primeira vez em mais de quatro anos, ao fixar-se em 26,4%, após ter atingido 26,6% no mês anterior, segundo dados provisórios ontem divulgados. Porém, em comparação com Dezembro de 2011, a taxa subiu cinco pontos percentuais. O número de desempregados aumentou em 4.584 pessoas em Dezembro face ao mês anterior, ao fixar-se em 1.321.236 pessoas. E o número de empregados também aumentou em 40.316 para 3.679.074.

Jose Miguel Gomez / Reuters

PANAMÁ TRAZ OPORTUNIDADES A PORTUGAL

O Governo do Panamá está a ampliar o seu famoso canal (na foto). A construção de um terceiro conjunto de eclusas poderá ainda vir a apresentar oportunidades para as construtoras nacionais. Por outro lado, o canal passará a permitir a passagem de porta-contentores ainda maiores e Portugal apresenta-se como a primeira paragem rumo à Europa. A administração do Porto de Sines já está a ampliar o seu molhe Leste de abrigo do terminal de contentores dos actuais 1.100 para 1.500 metros, um investimento de 40 milhões de euros e o novo porto da Trafaria também poderá vir a beneficiar de um eventual transbordo deste mega porta-contentores para embarcações mais pequenas. Por outro lado, há ainda a possibilidade de se estabelecerem em Portugal unidades de transformação de alguns dos produtos vindos por esta via.

Construtoras têm reservados 200 milhões nas linhas de crédito

Governo vai calendarizar o pagamento de dívidas em atraso às construtoras.

As empresas da construção passam a poder obter financiamento através das linhas de crédito do Estado. A medida não é inédita, mas nas últimas versões da PME Crescimento as construtoras ficaram de fora. Agora, depois de assinado o Compromisso para a Competitividade Sustentável da Construção e Imobiliário, têm reservados 200 milhões de euros da linha de 2013 e passam a poder aceder, como qualquer empresa, à linha de 2013.

A linha de crédito PME Crescimento permite às empresas aceder a financiamento mais barato já que os bancos cobram 'spreads' mais baixos, porque parte do risco dos créditos é assumido pelo Estado, através do Sistema de Garantia mútua. A linha de 2012 tem uma dotação de 2,5 mil milhões que permitiu agora ao Governo dedicar 200 milhões ao sector da construção e a linha PME Crescimento já criada para 2013, que conta com uma dotação de dois mil milhões passa a estar acessível a estas empresas. Estas linhas, que têm dotações específicas para micro e pequenas empresas e para empresas exportadoras, financiam não só investimento novo, mas servem também para liquidar dívidas junto do sistema financeiro contraídas para regularizar dívidas ao Fisco e à Segurança Social.

As dificuldades de acesso ao financiamento é uma das grandes críticas das construtoras, por isso, para tentar ajudar a solucionar o problema, o Governo vai ainda dinamizar a linha Investe QREN e criar a linha Investe QREN Export para os investimentos do sector e para o apoio ao investimento produtivo e à actividade exportadora. Ainda no apoio à internacionalização deste sector, a Confederação Portuguesa da Construção e Imobiliário (CPCI) será incentivada a apresentar projectos colectivos no âmbito do QREN.

Mas a principal reivindicação é mesmo que o Estado salde as

suas dívidas aos fornecedores e a este nível o compromisso do Executivo será "calendarizar os pagamentos em atraso do Estado", mas também libertar as caucões prestadas como garantias em obras públicas, uma medida que já está em vigor, mas que continuará. Segundo os cálculos avançados pelo secretário de Estado adjunto da Economia, Almeida Henriques, este ano, a medida corresponde a uma libertação financeira de três mil milhões de euros.

Por outro lado, o Programa de Apoio às Economias Locais (PAEL) para os municípios em dificuldades financeiras estruturais ou conjunturais também vai apoiar as construtoras, sendo que tem já 800 milhões de euros aprovados e 750 milhões contratualizados, segundo os dados fornecidos pelo gabinete de Almeida Henriques.

Por outro lado, vão ser criados instrumentos para a recapitalização de construtoras, nomeadamente PME. A este nível os Fundos Revitalizar, que se encontram em fase de registo na CMVM, servirão para apoiar a expansão e internacionalização das empresas deste sector, mas também a sua revitalização. Actualmente, 128 construtoras apresentaram Processos Especiais de Revitalização e 15 já foram aprovados, ou seja, foram empresas que escaparam da insolvência. ■ M.S.

CAUCÕES**€ 3 mil milhões**

Libertação de caucões prestadas como garantias em obras públicas, este ano, corresponde a uma libertação financeira de três mil milhões de euros.

REVITALIZAR**128**

Até agora 128 construtoras apresentaram Processos Especiais de Revitalização - 15 já foram aprovados.

qualificações e competências para a reorientação do tecido empresarial para áreas definidas como estratégicas: reabilitação urbana, construção sustentável e eficiência energética. Neste capítulo, já em vigor está o Programa Património Activo - criado a 29 de Janeiro deste ano - que prevê apoiar estágios profissionais e contratos de emprego para actividades de conservação, manutenção, gestão e promoção de património. Este apoio é financiado por fundos comunitários (POPH).

Apostar na Internacionalização

Para as construtoras a internacionalização é uma das soluções para contornar a estagnação da economia nacional e a inexistência de grandes obras. Através da diplomacia económica, o Executivo espera ajudar a abrir portas para mercados com elevado potencial às empresas portuguesas. Para já, o Mercosul, nomeadamente a Venezuela e Colômbia, o Magrebe, em especial a Argélia, e os países da CPLP (Angola e Moçambique) são os apontados

como os que apresentam maior potencial. O secretário de Estado Almeida Henriques revelou que está a ser preparada uma missão a Marrocos, a realizar no curto prazo, e relembrou os bons resultados que as empresas nacionais têm conseguido nestes mercados. A internacionalização das construtoras ajuda a economia nacional já que "por cada negócio de mil milhões de euros pode potenciar 20 a 25% das exportações, seja de serviços, revestimentos, equipamentos", exemplificou o responsável.